



## PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Cajazeiras recebe para a análise **PROJETO DE LEI Nº 28/2025, DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PROGRAMA EMPREENDER URBANO, DESTINANDO PARTE DOS RECURSOS PARA FOMENTAR O EMPREENDER RURAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

### I- RELATÓRIO

Em face da relatoria do presente projeto, e após reunião deliberativa pela assessoria jurídica da Câmara Municipal e a comissão sobre a análise do **PROJETO DE LEI Nº 28/2025 DE PROPOSITURA DO VEREADOR RODRIGO LIRA DAMASCENA**, que propõe a alteração do programa Empreender Urbano, atualmente executado pela administração municipal, com objetivo de destinar parte dos recursos públicos para fomentar o denominado “Empreender Rural”.

### II- PARECER JURIDICO E CONSTITUCIONAL

Após análise da matéria, esta comissão manifesta-se de forma **DESFAVORÁVEL** ao projeto de lei, pelos seguintes fundamentos:

### III- FUNDAMENTAÇÃO

Ao proceder à análise do projeto, esta comissão verifica **vício de iniciativa**, uma vez que a proposição trata da **alteração de programa da administração pública municipal e de destinação de recursos públicos**, matérias que são de competência exclusiva do Poder Executivo.

Nos termos do **art.61, §1º, inciso II, da Constituição Federal**, é de iniciativa privada do Chefe do Poder Executivo a proposição de leis que disponham sobre:

**ART. 61, §1, II “ Organização administrativa, matéria orçamentária, serviços públicos e servidores”.**

De igual forma, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem sido firme ao reconhecer a **inconstitucionalidade de leis de iniciativa parlamentar que impliquem criação, modificação ou extinção de programas de governo com impacto orçamentário**, ainda que indiretamente.



Além disso a **Lei Orgânica Municipal de Cajazeiras-PB** em harmonia com os princípios constitucionais, reserva ao Prefeito a competência para iniciar leis que envolvam **planejamento governamental, orçamento público e administração financeira**.

Ademais, a tentativa de destinar recursos de programas existentes para novas finalidades, sem o devido planejamento orçamentário do Poder Executivo, fere o princípio da separação de poderes e a reserva legal da iniciativa.

Seguimos pelo voto abaixo apresentado.

#### **IV- VOTO DA COMISSÃO**

De todo o exposto e em face das considerações retro, **OPINAMOS DESFAVORAVEL AO Projeto de Lei Nº28/2025**, por entender que a proposta padece de inconstitucionalidade formal, em razão de vício de iniciativa.

Assim, esta Comissão manifesta-se pelo **ARQUIVAMENTO DA MATÉRIA**, nos termos regimentais.

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL, 18 DE SETEMBRO DE 2025.**

**SARA SHEYLA SANTANA ALVES**  
**PRESIDENTE**

**ANTONIO HELANO VIEIRA DA SILVA SEGUNDO**  
**RELATOR**

**ROBERTO SANTANA DE FIGUEIREDO**  
**MEMBRO**



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
Casa Otacílio Jurema

Alameda Dr. Sabino Rolim Guimarães, s/n – **FONE: (83) 9 9103-3525**

CNPJ: 08.841.553/0001-89 – CEP: 58900-000 – CAJAZEIRAS-PB

E-mails: [poderlegislativocz@gmail.com](mailto:poderlegislativocz@gmail.com) / [juridico.legiscz@gmail.com](mailto:juridico.legiscz@gmail.com) / [ouvidoria.legiscz@gmail.com](mailto:ouvidoria.legiscz@gmail.com)